

CFR Participações S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do Relatório
do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

CFR Participações S.A.

Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	11

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
CFR Participações S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **CFR Participações S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalvas.

Outros assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações financeiras Empresa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 19 de abril de 2024 sem ressalva sobre essas demonstrações financeiras.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia, continuar operando, divulgando quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 14 de março de 2025.

A handwritten signature in black ink, appearing to be "V. Sabino".

Vinícius Marcos Alves Sabino
Contador CRC 1MG-121.072/O-5 "S"

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7

The logo for RSM (RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.) features three horizontal bars of different colors (grey, green, blue) above the letters "RSM" in a bold, sans-serif font.

CFR Participações S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	ATIVO	Controladora	
		Notas	31/12/24
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	521	3
Tributos a recuperar	5	182	2.717
Total do ativo circulante		703	2.720
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Juros capital próprio a receber	6	19.131	14.861
Outros investimentos	-	121	2
		19.252	14.863
Investimentos	7	102.015	109.327
		102.015	109.327
Total do ativo não circulante		121.267	124.190
Total do ativo		121.970	126.910

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CFR Participações S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

PASSIVO

	Notas	Controladora	
		31/12/24	31/12/23
Passivo circulante			
Obrigações trabalhistas e tributárias	8	293	4.240
Adiantamento de lucros	-	777	-
Total do passivo circulante		1.070	4.240
Partes Relacionadas	10	17.550	17.600
Juros capital próprio a pagar	6	19.131	14.861
Total do passivo não circulante		36.681	32.461
Patrimônio líquido	11		
Capital social		9	9
Reserva legal		2	2
Reserva de lucros		84.208	90.198
		84.219	90.209
Total do passivo e patrimônio líquido		121.970	126.910

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CFR Participações S.A.

Demonstrações do resultado para os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u>
Despesas gerais e administrativas	12	(538)	(1.644)
Resultado de Equivalência Patrimonial	7	67.718	39.065
		67.180	37.421
Lucro operacional antes do resultado financeiro		67.180	37.421
Resultado Financeiro líquido	-	49	-
Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício		67.229	37.421

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CFR Participações S.A.

CFR Participações S.A.

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado Líquido do Exercício	67.229	37.421
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total dos Resultados Abrangentes	<u>67.229</u>	<u>37.421</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CFR Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Capital social Integralizado</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Reserva de Lucros</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>9</u>	<u>2</u>	<u>95.267</u>	<u>95.278</u>
Resultado do Exercício	-	-	37.421	37.421
Distribuição de lucros	-	-	(42.490)	(42.490)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>9</u>	<u>2</u>	<u>90.198</u>	<u>90.209</u>
Resultado do Exercício	-	-	67.229	67.229
Distribuição de lucros	-	-	(73.219)	(73.219)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>9</u>	<u>2</u>	<u>84.208</u>	<u>84.219</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CFR Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Controladora	
		31/12/24	31/12/23
Das atividades operacionais			
Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício		67.229	37.421
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Resultado de equivalência patrimonial	7	(67.718)	(39.065)
Decréscimo (acrécimo) em ativos			
Tributos a recuperar	5	2.535	(2.608)
Outros investimentos	-	(119)	-
(Decréscimo) acréscimo em passivos			
Obrigações trabalhistas e tributárias	8	(3.947)	4.240
Partes relacionadas	10	(50)	(600)
Caixa proveniente das operações		(2.070)	(612)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(2.070)	(612)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição em investimento	7	75.030	43.091
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		75.030	43.091
Das atividades de financiamento com acionistas			
Distribuição de dividendos	11	(72.442)	(42.490)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento com acionistas		(72.442)	(42.490)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		518	(11)
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	4	3	14
No fim do exercício	4	521	3
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		518	(11)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CFR Participações S.A.

CNPJ nº 17.125.387/0001-05

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A sociedade é denominada CFR Participações S.A. e adota o tipo societário sociedade anônima de capital fechado.

A Companhia tem sua sede no pátio da Estação Ferroviária, n.º 15, sala 01, bairro Centro, Formiga/MG, podendo, mediante decisão de sua Diretoria, criar e extinguir filiais, escritórios e quaisquer estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

O prazo de duração da companhia é indeterminado.

A Companhia tem por objeto a administração de bens próprios e a participação, majoritária ou minoritária, em outras sociedades, na qualidade de sócia quotista ou acionista, atuando como holding.

Relação de entidades do grupo:

Sociedades	Natureza da investida	Participação acionária	
		31/10/2024	31/12/2023
Prumo Engenharia Ltda.	Controlada	100,00%	100,00%
Prumo Máquinas, Equipamentos e Terraplanagem Ltda	Controlada	100,00%	100,00%
Cardeal Energia Ltda	Controlada	75,00%	75,00%

Prumo Engenharia Ltda

Prumo Engenharia tem como atividade a execução de obras ferroviárias, rodoviárias, construção civil e obras de artes especiais; fornecimento de mão-de-obra destes ramos; responsabilidade e assistência técnica de obras, projetos de edificações, cálculos estruturais; compra, venda, incorporação e administração de imóveis; carga e descarga de materiais diversos; locação de máquinas e equipamentos; manutenção e reparação de máquinas e equipamentos; e Coleta de resíduos não perigosos.

A entidade possui quatro filiais nas cidades de Pires do Rio, estado de Goiás, João Neiva no estado do Espírito Santo, São Luiz no estado do Maranhão e em Formiga, no estado de Minas Gerais, teve suas atividades em 01 de junho de 1978.

Prumo Máquinas, Equipamentos e Terraplanagem Ltda

Prumo Máquinas trabalha com a locação e/ou o arrendamento de máquinas, equipamentos, veículos e bens imóveis, prestação de serviços de construção civil e terraplanagem, incluindo o fornecimento de mão de obra nestes ramos, construção de rodovias e ferrovias; e coleta de resíduos não perigosos.

CFR Participações S.A.

CNPJ nº 17.125.387/0001-05

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Cardeal Energia Ltda.

A Cardeal Energia Ltda trabalha com a geração de energia elétrica, administração, locação, operação e manutenção de equipamentos elétricos.

2. Práticas contábeis

A Companhia adota as práticas contábeis aplicáveis no Brasil, em conformidade com a legislação vigente e as normas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras em um único conjunto, lado a lado.

A Administração assegura que todas as informações relevantes contidas nas demonstrações financeiras refletem fielmente os registros contábeis utilizados na gestão da Companhia e de sua controlada.

As demonstrações financeiras individual e consolidada foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pela reavaliação de determinadas propriedades e instrumentos financeiros mensurados aos seus valores reavaliados ou seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

A administração da Companhia tem expectativa de continuidade operacional e, portanto, as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A seguir, são destacadas as principais práticas contábeis adotadas pela Companhia, conforme as normas contábeis vigentes no Brasil:

2.1. Caixa e equivalentes de caixa

No balanço patrimonial, os saldos de caixa e bancos compreendem caixa (isto é, caixa disponível e depósitos à vista) e equivalentes de caixa. Equivalentes de caixa correspondem a aplicações financeiras (geralmente com vencimento original de três meses ou menos), de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Equivalentes de caixa são mantidos para atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para fins de investimento ou outros fins.

Os saldos bancários para os quais o Grupo está sujeito a restrições contratuais de terceiros são incluídos como parte do caixa, a menos que as restrições resultem em um saldo bancário que não atenda mais à definição de caixa. As restrições contratuais sobre o uso de caixa corresponderem a um período superior a 12 meses, os valores são classificados como não circulantes no balanço patrimonial.

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são compostos por caixa e equivalentes de caixa, conforme definidos acima, líquidos de saldos bancários a descoberto em aberto pagáveis à vista e formam parte integrante da gestão de caixa do Grupo. Esses saldos bancários a descoberto são apresentados como empréstimos de curto prazo no balanço patrimonial.

2.2. Investimentos em controladas

São representados por investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Empresa e as controladas, são eliminados para fins de equivalência patrimonial, no balanço individual, e para fins de consolidação, de acordo com a participação mantida na controlada. No caso de distribuição desproporcional de lucros ou prejuízos entre os sócios, a parcela do resultado atribuída à controladora pode diferir de sua participação societária, e eventuais impactos são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a Empresa determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Empresa em suas controladas.

CFR Participações S.A.

CNPJ nº 17.125.387/0001-05

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

2.3. Fornecedores

Correspondem a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.4. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Empresa tiver uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; for provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita. Quando a Empresa esperar que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.5. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Empresa, seu custo, ou valor, puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

CFR Participações S.A.

CNPJ nº 17.125.387/0001-05

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.6. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, calculado à alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% excedente a R\$ 240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% da base tributável.

O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

3. Novos pronunciamentos

3.1 Novas normas, revisões e interpretações emitidas

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis (“CPC”), são as seguintes:

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

(i) Pronunciamento contábeis vigentes

As seguintes alterações dos pronunciamentos contábeis tornam-se obrigatórias para os períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024:

- Alteração da norma IAS 1 (CPC 26 – R1) - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes;
- Alteração da norma IFRS 16 (CPC 06 – R2) - Passivos de arrendamento em uma venda e arrendamento mercantil de retorno;
- Alteração da norma IAS 1 (CPC 26 – R1) - Passivo não circulante com cláusulas restritivas (*covenants*);
- Alteração das normas IAS 7 (CPC 03 – R2) e IFRS 7 (CPC 40 – R1) - Acordos de financiamentos de fornecedores.

As emissões/alterações de normas *International Accounting Standards Board* (“IFRS”) efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2024 não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(ii) Pronunciamentos contábeis emitidos e não efetivos

O IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2025 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas demonstrações financeiras da adoção destas normas:

Alterações nas Normas Contábeis IFRS	Data de aplicação obrigatória
Alteração da norma IAS 21 (CPC 02) - Falta de conversibilidade. Esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil e divulgação quando uma moeda tiver falta de conversibilidade em outra moeda.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. Aplicação antecipada permitida.
Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7 (CPC 48) – Alteração na classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esclarece aspectos relacionados a classificação e mensuração de instrumentos financeiros.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Aplicação antecipada permitida.
Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS. Efetua alterações nas normas IFRS 1 (CPC 37 – R1), abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; IFRS 7 (CPC 48), abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; IFRS 9 (CPC 48), abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; IFRS 10 (CPC 36 – R3), abordando a determinação do “de facto agent” e IAS 7 (CPC 03 – R2), abordando aspectos relacionados ao método de custo.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Aplicação antecipada permitida.
Emissão da norma IFRS 18 (CPC 26 – R1) – Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das demonstrações financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas, além das medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs).	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Aplicação antecipada permitida.
Emissão da norma IFRS 19 (CPC 45) – Controladas sem obrigação legal de divulgação. Estabelece requerimentos de divulgação simplificados para as demonstrações financeiras consolidadas ou individuais de entidades elegíveis para a aplicação desta norma.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Aplicação antecipada permitida.

CFR Participações S.A.

CNPJ nº 17.125.387/0001-05

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Contas bancárias	2	3
Aplicações Financeiras	519	-
	521	3

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, cujo vencimentos são inferiores a 90 dias e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, são remuneradas substancialmente com variação média de aproximadamente 90% do CDI, contratadas em bancos de primeira linha e condições e taxas normais de mercado.

5. Impostos a recuperar

Descrição	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de Renda	182	2.715
Contribuição social	-	2
	182	2.717

6. Juros sobre capital próprio

Conforme permitido pela legislação societária e fiscal brasileira, a Prumo Engenharia Ltda reconheceu juros sobre capital próprio (JCP) no período encerrado em 31 de dezembro de 2024. O JCP é uma forma de remuneração aos acionistas baseada no patrimônio líquido da companhia e dedutível para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, conforme previsto na Lei nº 9.249/1995.

No exercício de 2024, o montante total de juros sobre capital próprio declarados foi de **R\$ 19.131 (R\$ 14.861 em 31 de dezembro de 2023)**, correspondente a **R\$ 0,09** por ação. O cálculo foi realizado com base na taxa de juros de longo prazo (TJLP) vigente, aplicada sobre as contas do patrimônio líquido, respeitando os limites legais estabelecidos pela legislação vigente.

Os juros sobre capital próprio foram reconhecidos como despesa financeira para fins fiscais e, simultaneamente, como uma redução na conta de lucros acumulados ou reservas de lucros no patrimônio líquido. Esse tratamento contábil resulta em um benefício fiscal para a companhia, reduzindo a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.

Os JCP declarados estarão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte à alíquota de **15%**, exceto para acionistas isentos ou imunes, conforme a legislação aplicável. O pagamento dos juros sobre capital próprio será realizado em [data de pagamento], conforme deliberado pela administração da companhia.

CFR Participações S.A.

CNPJ nº 17.125.387/0001-05

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

A distribuição dos juros sobre capital próprio foi aprovada pelo Conselho de Administração da companhia em reunião realizada em 30/09/2024 e 31/12/2024, respeitando os limites legais e estatutários aplicáveis.

7. Investimentos

	Participação	Patrimônio líquido		Resultado do exercício		Investimentos	
		%	dez/24	dez/23	dez/24	dez/23	dez/24
Prumo Engenharia	100,00	80.313	89.243	58.473	19.384	80.313	89.243
Prumo Máquinas	100,00	8.393	7.849	8.992	19.749	8.393	7.849
Cardeal Engenharia	75,00	17.745	16.321	(337)	(88)	13.309	12.235
						102.015	109.327

A movimentação dos investimentos nas controladas está demonstrada a seguir:

Saldo em 31/12/2022	113.354
(+/-) Equivalência Patrimonial	39.065
(+/-) Dividendos recebidos	(43.182)
Saldo em 31/12/2023	109.237
(+/-) Equivalência Patrimonial	67.718
(+/-) Dividendos recebidos	(74.940)
Saldo em 31/12/2024	102.015

8. Obrigações trabalhistas e tributárias

Os saldos estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

	2024	2023
Cofins	91	1.329
Imposto De Renda Retido	181	2.623
Pis Faturamento	20	288
Pis, Cofins, CslI Retido	1	-
Total Geral	293	4.240

9. Provisão para contingências

Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia, e com base na opinião de seus consultores jurídicos, verificou-se que não houve necessidade de constituição de provisão de contingência em 31/12/2024.

CFR Participações S.A.

CNPJ nº 17.125.387/0001-05

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia não possui montante, relativo a causas classificadas como possível de perda.

10. Partes relacionadas

Descrição	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Osmar Lourenço Vaz	17.550	17.600
Total Passivo	17.550	17.600

- (i) *O então sócio Osmar Lourenço Vaz alienou a totalidade das quotas de sua titularidade na Prumo Engenharia Ltda para a CFR Participações S.A., transferindo integralmente a participação societária e os direitos a ela associados. Essa operação resultou na alteração da composição societária da empresa, com a CFR Participações S.A. assumindo integralmente a posição de sócia da Prumo Engenharia Ltda.*

11. Patrimônio líquido

11.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da CFR Participações S.A “controladora” é de R\$ 9.000 mil (R\$ 9 mil em 31 de dezembro de 2023), sendo composto por 9.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo assim distribuídas:

Acionistas	Nº ações 2024	Nº ações 2023
Carolina Ferreira Vaz	3.000	3.000
Fernando Ferreira Vaz	3.000	3.000
Raquel Ferreira Vaz	3.000	3.000
Total	9.000	9.000

11.2. Reserva legal

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido de cada período, deixando a sua constituição de ser obrigatória quando o seu valor atingir a 20% do capital social, ou quando o montante de seu saldo e das reservas de capital exceder a 30% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

CFR Participações S.A.

CNPJ nº 17.125.387/0001-05

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

12. Despesas por natureza

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Gastos com pessoal	(7)	7
Serviços de terceiros	(60)	(8)
Impostos e taxas	(3)	(12)
Outros gastos	(468)	(1.631)
Total	(538)	(1.644)
Despesas administrativas, gerais e de vendas	(538)	(1.644)
Total	(538)	(1.644)

13. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros atualmente utilizados pela Companhia restringem-se a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar nacionais, empréstimos bancários, em condições normais de mercado, estando reconhecido nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos na Nota Explicativa nº 2. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Considerando o prazo e as características destes instrumentos, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

A Companhia adota políticas e procedimentos de controle de riscos, conforme descrito a seguir:

(i) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem e segue a política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos desta política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito.

A política de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas foi estabelecida pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

CFR Participações S.A.

CNPJ nº 17.125.387/0001-05

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

(ii) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram e gerência permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas foram estabelecidas pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

(iii) Risco de liquidez

É o risco da Companhia e suas controladas não possuírem recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração.

(iv) Risco com taxas de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade destas taxas.

FERNANDO
FERREIRA
VAZ:05398389696

Assinado de forma
digital por
FERNANDO FERREIRA
VAZ:05398389696

Fernando Ferreira Vaz
Diretor Presidente - CEO

Adriana Arantes
Sousa:89169255
687

Assinado de forma
digital por Adriana
Arantes
Sousa:89169255687

Adriana Arantes Sousa
Técnica em Contabilidade
CRC-MG 088228/O-9